



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

DISSERTAÇÃO

**MULHERES PERIFÉRICAS E A VIOLÊNCIA INTERSECCIONAL:
AS SUBJETIVAÇÕES NAS ENCRUZILHADAS.**

DÉBORA REGINA SILVA DA CONCEIÇÃO

Seropédica
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

DÉBORA REGINA SILVA DA CONCEIÇÃO

**MULHERES PERIFÉRICAS E A VIOLÊNCIA INTERSECCIONAL: AS
SUBJETIVAÇÕES NAS ENCRUZILHADAS.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFRRJ/PPGPSI) como parte das exigências para a obtenção do título de Mestra em psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luciene de Fátima Rocinholi.

Seropédica, RJ | 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C744m Conceicao, Debora Regina , 1995-
Mulheres periféricas e a violência interseccional:
as subjetivações nas encruzilhadas / Debora Regina
Conceicao. - Seropédica, 2023.
46 f.

Orientadora: Luciene Rocinholi.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PPGPSI, 2023.

1. Interseccionalidade. 2. Violência. 3.
Subjetividade. 4. Decolonialidade. I. Rocinholi,
Luciene , ---, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. PPGPSI III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DÉBORA REGINA SILVA DA CONCEIÇÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Área de Concentração em Psicologia

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Luciene de Fatima Rocinholi (Dra.) UFRRJ (Orientador - Presidente da Banca)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Mariana Pombo (Dra.) UFRRJ (Membro)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Ana Claudia Lima Monteiro (Dra.) UFF (Membro)

Universidade Federal Fluminense - UFF



Emitido em 26/04/2023

TERMO N° 667/2023 - DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/06/2023 14:38)

LUCIENE DE FATIMA ROCINHOLI

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matrícula: ###936#2

(Assinado digitalmente em 13/06/2023 16:46)

MARIANA FERREIRA POMBO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matrícula: ###319#3

(Assinado digitalmente em 13/06/2023 21:15)

ANA CLAUDIA MONTEIRO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.287-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **667**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **13/06/2023** e o código de verificação: **b0c333aed5**

À todas que já fui, à todas que vieram antes de mim
e à todas que me fizeram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos encontros

provoca.dores de diversas potências antes desconhecidas.

A força e poder das dez mulheres da minha família entre tias, primas, avó e mãe que me fizeram enxergar a complexidade das (r)existências e afetos na vida.

Aos meus pais.

A minha ancestralidade inscrita no meu corpo e história por me ser, comigo e através de mim, com a coragem de caminhar caminhos desafia.dores.

As mulheres amigas que me ensinaram quase tudo que sei sobre o amor, através das trocas de cuidado, honestidade, carinho, respeito, vulnerabilidade e presença.

Agradeço as donas das encruzilhadas e estradas, pioneiras mulheres de subjetividades periféricas, pelas suas irreverências e subversividades que me guiam e acompanham.

As potências representadas das Iabás, forças irrevogáveis e irrefutáveis das naturezas, mestras da minha alma.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que, em todos seus percalços, resiste ocupando a periferia do Rio de Janeiro. A qual proporcionou a maior loucura da minha vida, mas também meus maiores sentidos da vida. Por ser minha professora muito mais que acadêmica, mas existencial.

Agradeço a banca avaliadora e orientadora, composta por mulheres incríveis, pela qualificação do projeto de mestrado que me provocou a desbravar novos caminhos decoloniais, desde o trabalho de conclusão de graduação até a prática metodológica. E a orientadora por aceitar desbravar esse caminho de forma sensível e confiante no meu trabalho.

Obrigada Luciene, Mariana e Ana Claudia!

Agradeço ao percurso que das dores, se construíram pontes e novos caminhos, desfacelando antigas correntes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço imensamente à CAPES.

MULHERES PERIFÉRICAS E A VIOLÊNCIA INTERSECCIONAL: AS SUBJETIVAÇÕES NAS ENCRUZILHADAS.

RESUMO

Com os altos índices de violência contra mulher, a ausência de políticas públicas voltadas para a segurança e saúde coletiva das mulheres na baixada fluminense e de estudos que investigassem esses movimentos no território, identificamos a necessidade de entender, no encontro com a comunidade, o que essas mulheres enfrentam diariamente nas estruturas sociais que parecem impor a elas a invisibilidade. O estudo se propôs a analisar os agenciamentos estruturais que atravessam as subjetividades das mulheres periféricas no território da baixada fluminense. Para tal investigação utilizou-se a metodologia decolonial renomada da Escrivência inaugurada por Conceição Evaristo como provocação subversiva acadêmica. Os registros em campo foram realizados através do dispositivo diário de bordo. O trabalho de campo foi realizado no Centro de Referência de Assistência Social de Austin no município de Nova Iguaçu, onde houve experiências de roda de conversa, entrevistas com técnicas trabalhadoras e acompanhamento de atendimentos técnicos. Verificamos através do caminho percorrido que, além das violências clássicas (física, verbal e sexual), as violências estruturais da interseccionalidade estão inscritas nas relações comunitárias, familiares e institucionais do cotidiano de mulheres periféricas. Percorremos caminhos obscuros, desafiadores e alheios às lutas minoritárias. Assim, aprofundou-se o conhecimento no que entendemos na sociedade, enquanto mulheres, periferia e a quem chamamos de mulheres periféricas. Da subjetivação perpassada pelas encruzilhadas estruturais, ampliamos a discussão da interseccionalidade inscrita nessas mulheres. Com isso, identificamos as diversas violências em consequência das estruturas opressoras de gênero, raça e classe e analisamos os dados considerando a proposta decolonial. Além das (r)existências potentes encontradas, conseguimos através da metodologia utilizada nos aproximar do território existencial experienciado pelas mulheres e seus cruzamentos estruturais violentos nas relações, nas instituições, no cotidiano, enfim, nas capilaridades, por muitas vezes, naturalizadas que reproduzem as estruturas coloniais. Então, nas encruzilhadas que este trabalho revela, enquanto potência e (r)existência, reconhecemos sua relevância nas urgências dos silenciamentos ameaçadores nessas capilaridades naturalizadas.

Palavras-chave: Interseccionalidade; violência; decolonialidade; baixada fluminense.

PERIPHERAL WOMEN AND INTERSECTIONAL VIOLENCE: SUBJECTIVES AT CROSSROADS.

ABSTRACT

With the high rates of violence against women, the absence of public policies aimed at the safety and collective health of women in the Baixada Fluminense and of studies that investigated these movements in the territory, we identified the need to understand, in the encounter with the community, what these women face daily social structures that seem to impose invisibility on them. The study proposed to analyze the structural arrangements that cross the subjectivities of peripheral women in the territory of the Baixada Fluminense. For this investigation, the renowned decolonial methodology of Escrivência was used, inaugurated by Conceição Evaristo as a subversive academic provocation. Field records were made through the logbook device. The field work was carried out at the Social Assistance Reference Center in Austin, in the municipality of Nova Iguaçu, where there were conversation circle experiences, interviews with technical workers and monitoring of technical assistance. We verified through the path taken that, in addition to the classic violence (physical, verbal and sexual), the structural violence of intersectionality is inscribed in the community, family and institutional relations of the daily life of peripheral women. We follow obscure, challenging paths that are alien to minority struggles. Thus, knowledge was deepened in what we understand in society, as women, the periphery and who we call peripheral women. From the subjectivation pervaded by the structural crossroads, we expand the discussion of the intersectionality inscribed in these women. With this, we identified the various types of violence as a result of the oppressive structures of gender, race and class and analyzed the data considering the decolonial proposal. In addition to the potent (r)existences found, we managed, through the methodology used, to approach the existential territory experienced by women and their violent structural intersections in relationships, institutions, daily life, in short, in the capillaries, which are often naturalized and reproduce the structures colonial. So, at the crossroads that this work reveals, as power and (r)existence, we recognize its relevance in the urgencies of threatening silencing in its naturalized capillaries.

Keywords: Intersectionality; violence; decoloniality; baixada fluminense.

*A noite não adormecerá jamais nos olhos das fêmeas
Pois do nosso sangue-mulher
De nosso líquido lembradiço
Em cada gota que jorra
Um fio invisível e tônico
Pacientemente cose a rede
De nossa milenar resistência.*

Conceição Evaristo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
OBJETIVO GERAL.	10
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
2. MULHERES PERIFÉRICAS	
2.1. AS MULHERES	10
2.2. A PERIFERIA E A SUBJETIVIDADE PERIFÉRICA.....	11
3. VIOLÊNCIA NA ENCRUZILHADA GÊNERO, RAÇA E CLASSE... 	13
3.1. A ESTRUTURA INTERSECCIONAL.....	14
3.2. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	18
4. O SUAS E OS EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	19
4.1. O TERRITÓRIO DA PESQUISA DE CAMPO	21
5. METODOLOGIAS	
5.1. ESCRE-VIVÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA PERIFÉRICA.....	23
5.1. DE CRIA	24
5.2. DO ENCONTRO COM O CRAS.....	28
5.3. DO ACOLHIMENTO	33
5.4. DOS ENCONTROS COM MULHERES E SUAS DEMANDAS	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40

1. INTRODUÇÃO

A violência contra grupos diferentes do autointitulado “superior” europeu está presente em diversos continentes invadidos pelos seus exploradores colonialistas, assim como na nomeada América Latina, logo, também no Brasil. Com o histórico engendrado através de explorações, abusos, extermínio e genocídio essa violência tem caráter estrutural que foi pautado por ideologias de hegemonias construídas com o patriarcado, a misoginia, o racismo, classismo, etnocentrismo, produtivismo, entre outros. Em sua origem, tudo o que não é homem, branco, rico e europeu seria inferior (ALMEIDA, 2019). Essas estruturas agenciaram diversos movimentos sociais e culturais e até hoje agenciam subjetividades de acordo com suas características físicas e sociais de raça, gênero, classe e etnia. A ativista e escritora, Sueli Carneiro (2014/2019) chama atenção para a permanência do período colonial vivo no imaginário social até hoje adquirindo novos contornos e funções. Agora em uma suposta democracia, esse imaginário mantém intacta as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão, por exemplo.

As relações atravessadas pelos constructos coloniais, logo, são endereçadas de forma muito violenta para populações minoritárias específicas. Grupos minoritários não branco, não homem, e não europeu, colocando como alvo direto mulheres, LGBTQIA+, povos originários, pessoas pretas, de classe baixa etc. Nesse sentido, o tema proposto neste trabalho vai tratar de um grupo, “Mulheres periféricas e a violência interseccional: as subjetivações nas encruzilhadas”, tendo por grande justificativa o impacto violento no bem-estar, direitos civis e sociais, saúde coletiva, saúde mental, enfim, a vida dessa população alvo do colonialismo: as mulheres periféricas. Torna-se urgente a discussão, diálogo e construções acadêmicas em rede e na comunidade sobre o tema.

Um dos maiores problemas que acompanham o tema é a realidade violenta vivida pelas mulheres invisibilizadas e silenciadas. Os dados da secretaria de segurança, o que será mais detalhado no decorrer do trabalho, denunciam os eventos diários de diversos tipos de violências, dentre elas as físicas que em sua maioria são praticadas pelos parceiros ou ex companheiros, o que nos faz questionar quantas tantas outras violências anteriores, naturalizadas entre as mulheres e entre determinados grupos, estão acontecendo agora e sendo naturalizadas e invisibilizadas. Muitas delas não tem conhecimento dos seus direitos civis em seu território ou até uma rede de apoio capaz de amparar, assegurar e garantir a segurança nas possíveis escolhas subversivas – contra estrutural - dessas mulheres.

Outra questão que o tema suscita é o lugar de fala, já que na prática acadêmica, em sua forma clássica, se renuncia a ideia de implicação com o tema e se impõe a ideia de neutralidade, que interdita o lugar de fala e evidencia uma lacuna teórica sobre o tema. As produções acadêmicas voltadas para esta população minoritária, em sua grande maioria, não eram produzidas por ela, mas sim por quem tinha acesso às universidades, ou seja, a classe alta e branca. A classe alta branca nunca teve o contato direto com a realidade dessas urgências periféricas e minoritárias que são maioria brasileira. Atualmente, com um movimento decolonial e de implicações diretas com temas pesquisados abre-se espaço para que seja construído de nós por nós (EVARISTO, 2020). Aqui já apresento as minhas implicações decoloniais e meu lugar de fala (CUREL, 2014/2019) de uma mulher, negra, periférica e *cria*, feminista interseccional e acadêmica, lugar marcado por processos pessoais, acadêmicos, políticos e socioculturais, os quais, inevitavelmente, se atravessam.

A vivência no território junto a pensamentos e coletivos acadêmicos me fizeram enxergar o quanto essa violência faz parte das capilaridades estruturais sociais. Estruturas que, na ausência de representação de empoderamento e a forte presença opressora e patriarcal, atravessam a subjetividade das mulheres periféricas violentamente. Assim, as capilaridades negligentes e opressoras se caracterizam como pilares invisibilizados do território produzindo subjetividades femininas a todo instante. A exposição do lugar que parto remete ao lugar de recusa de neutralidade do pesquisador, rompendo com a barreira entre sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido, estabelecendo uma relação, um movimento de afetos e atravessamentos permanentes entre os dois com o tema, que de acordo com Paulon (2005) tem relação à análise de implicações na pesquisa-intervenção.

A importância do tema pesquisado mais uma vez se destaca, devido a lacuna teórica da escassez de pesquisas voltadas para a região periférica, nesse caso a baixada fluminense. A análise das estruturas periféricas e interseccionais de olhar decolonial possibilitam e favorecem a ampliação da discussão sobre a violência e suas nuances. A antropóloga afro-dominicana Ochy Curel (2014/2019) apresenta a posição decolonial feminista com a importância de entender a raça, o gênero, classe e sexualidade como construtivos da episteme moderna colonial produtoras e mantenedoras das opressões coloniais até hoje.

Através da construção da pesquisa tenho por objetivo três pontos focais. O primeiro, analisar os processos de subjetivação das estruturas violentas interseccionais nas mulheres periféricas, no seu dia a dia, história e relações cotidianas. O segundo, promover espaços de

diálogos e escuta a fim de provocar novos atravessamentos onde seja possível construir furos nas estruturas consolidadas da violência. Por último, construir linhas de fuga para a realidade de invisibilidade e silenciamento das naturalizações violentas. Para esses objetivos as ferramentas como metodologia utilizada serão a cartografia e a escrevivência das experiências de rodas de conversas e entrevistas abertas no Centro de Referência da Assistência Social de Austin, no município de Nova Iguaçu.

Inicialmente, abordarei o que nomeio como mulheres e periferia, em seguida aprofundarei sobre o conceito da interseccionalidade e as encruzilhadas de suas estruturas violentas, sobre as violências praticadas contra as mulheres e suas características e sobre o equipamento de Centro de Referência da Assistência Social escolhido por mim como território de pesquisa. A discussão dos resultados construídos durante a ida a campo será tecida através da escrevivência, e por fim, propostas as considerações finais.

Objetivo Geral

Analisar os processos de subjetivação agenciados pela violência estrutural que atinge as mulheres interseccionais do território da baixada fluminense.

Objetivo específico

1. Identificar como as violências estruturais agenciam as relações das mulheres neste território.
2. Analisar como os constructos sociais interseccionais afetam e produzem as subjetividades femininas.
3. Identificar invisibilidades e silenciamentos tecidos nas subjetividades femininas.
4. Observar e acompanhar modos autênticos de enfrentamento às violências de gênero presentes no território da baixada fluminense.

2. MULHERES PERIFÉRICAS

2.1. MULHERES.

Para iniciar o percurso do trabalho, trago à tona a importância de esmiuçar o que chamo de mulher, periferia e mulher periférica, a fim de demarcar o olhar/lugar que parto nessa

discussão. Há múltiplas especificidades que contornam as mulheres - leia-se todes aqueles que se identifiquem como mulher -, diferenciações de agenciamentos históricos de crescer, existir, estruturar-se e identificar-se como mulher. Com isto, destaco a importância de entender mulher para além da estrutura cisheteropatriarcal e colonial. Essa estrutura reduz a multiplicidade ao caracterizar a mulher como um Ser sensível, emocional, irracional, maternal, do “sexo frágil” para além de não considerar a existência trans ou das realidades das encruzilhadas de raça e classe que submeteu subjetividades ao lugar de não sujeito (GONZALEZ, 1984/2019).

Portanto, destaco que não existe UM jeito de ser mulher, isto seria reforçar o reducionismo, uma ideia simplista e esvaziada de tudo o que a existência mulher carrega e pode carregar. A proposta é trazer tantas quantas a subjetividade mulher de cada uma quiser, a multiplicidade diversa em ser e existir mulher. Ainda que haja nós (em ambos significados) que não poderão ser esmiuçadas(os), antecipo as vastidões dos caminhos e me proponho aqui a percorrerei por um deles, esmiuçando pontas de alguns *icebergs* que engendram o que chamo de mulher periférica.

2.2. A PERIFERIA E A SUBJETIVIDADE PERIFÉRICA.

Para entendermos o que chamo de mulher periférica, faz-se importante a análise do que é periferia. O termo, que já foi utilizado para caracterizar um local de trabalhadores de classe baixa e marginal em oposição aos grandes centros antes dos anos 90, atualmente foi apropriado para marcar também uma posição política social (D’ANDREA, 2020). Demarcada com a segregação socioespacial, a periferia foi reconhecida, principalmente depois dos efeitos do crescimento do neoliberalismo - o aumento do desemprego e enfraquecimento de sindicatos dos trabalhadores –, como um lugar de muita pobreza e violência. A periferia, através do olhar da literatura nacional, ganhou significado pelo processo de urbanização, industrialização e migração em grande escala, e a partir do século XX, surge através de um conceito geopolítico – isolados geograficamente, distantes dos grandes centros marcados por escassez econômica e a precariedade de infraestruturas (KOPPER & RICHMOND, 2020). Nela, acontecia a partir da década de 1990, um genocídio em curso, cujo alvo eram corpos negros que ocupavam as periferias das grandes cidades devido suas classes sociais.

Além da violência, a periferia é submetida a disparidades sociais devido a distribuição desigual da riqueza, pois “a referida desigualdade se perpetua e se expressa por meio da dominação que o polo dominante, a área de habitação das elites, exerce sobre o polo dominado,

a área de habitação dos mais pobres” (D’ANDREA, 2020, p.25). Se consolidava também a visão das periferias como espaços de produção de subjetividade (tal qual qualquer espaço/território), e esta seria fortemente desconectada e até divergente do resto da cidade e da sociedade. Portanto, uma subjetividade deslocada.

Com os significados tecidos pela academia ou pela indústria do entretenimento – que abusou e abusa de uma estética da pobreza -, cheio de estigma e preconceitos para além de carregar os marcadores de violência e pobreza, o termo foi reivindicado e ressignificado pelo movimento do hip hop na década de 90 (D’ANDREA, 2020). Dando início ao processo histórico de modificação de seu significado, o termo foi utilizado de forma política pelos nativos/*crias* da periferia que buscavam a apropriação com o objetivo de apontar suas contradições, denunciar as condições sociais e de violência, unificar as *quebradas* com a ideia de que “*periferia é periferia em qualquer lugar*” (GOG, pioneiro do RAP brasileiro) e pacificá-las. Assim sendo, a periferia apropriou-se do termo que carregava a realidade de violência e pobreza sim, mas que também expressava e englobava um local de solidariedade, cultura e potências.

Nessa direção de unificação e denúncia, a baixada fluminense formou-se com o mesmo processo dos significados de periferia propostas em sua origem, tal qual esse movimento de apropriação política *de cria*. A baixada do Rio de Janeiro passou por vasto processo histórico de desigualdade social, escassez de políticas públicas, disparidade de investimento comparado aos grandes centros e conseqüentemente “a predominância da periferização da Baixada Fluminense, levando a região a uma profunda desigualdade socioeconômica.” (SILVA & BORGES, 2019, p.12). No fluxo desse movimento, busco apropriar-me e reivindicar o termo periferia a fim de denunciar suas violências, invisibilidades, negligências e desigualdades sociais, tendo em vista as potências múltiplas da subjetividade periférica, neste estudo: subjetividade das **mulheres periféricas**. Logo, como já esmiuçado, as subjetividades dessas mulheres são então agenciadas pelas estruturas periféricas atravessadas pela violência, pela pobreza, desigualdade racial, desigualdade social, desconexão e pela dominação das elites através do trabalho.

Demarcado o olhar do qual parto sobre mulheres periféricas, é possível avançar na discussão a fim de explorar um pouco mais sobre as questões que atravessam essas mulheres: a violência. Violência em suas diversas formas de expressão, desde a mais clássica até a violência invisibilizada, através de negligências na saúde pública, políticas públicas,

precariedade e sobretudo, o que irei aprofundar a seguir, as estruturas sociais. Capazes de embasar e dar origem a variados tipos de violências naturalizadas e negligenciadas, precisam ser analisadas considerando as especificidades de cada atravessamento minoritário. O feminismo negro chamou atenção para os cruzamentos dessas estruturas inaugurando o termo “estrutura **interseccional**”. Por isso, a seguir irei abordar essa estrutura e a realidade de violências a que as mulheres periféricas têm sido expostas.

3. VIOLÊNCIA NA ENCRUZILHADA GÊNERO, RAÇA E CLASSE.

Historicamente o ocidente se constituiu através de diversos extermínios, escravizações e eliminação de tudo aquilo que ameaçava a expansão dos colonizadores europeus. Foram exterminados e explorados os povos originários das américas e a população do continente africano trazida como mão de obra escrava. Considerados pelos colonizadores como povos “primitivos” e “selvagens”, logo, inferiores, foram alvos da “naturalização” de tamanha violência etnocida (GONZALEZ, 1993/2019).

Para além da xenofobia, havia também a misoginia em curso, a ideia de que a mulher seria inferior ao homem e dotada de habilidades estritas a propriedade privada (FEDERICI, 2019). No entanto, as opressões de raça, gênero e classe se atravessam e se entrecruzam, sendo capazes de produzir outros novos tantos tipos de opressões. Por exemplo, a mulher negra e/ou indígena é exposta a outros tipos de estruturas violentas atravessadas pelas especificidades de suas etnias como Sueli Carneiro sinaliza

Quando falamos que a mulher é subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo (...) (CARNEIRO, 2003/2019, p. 314)

Através das análises estruturais dos eixos opressores de gênero, raça, etnia, classe, dentre outros que fazem parte das violências interseccionais, é possível observar o que são violências forjadas na estrutura política, econômica, histórica e simbólica da sociedade que se manifesta por meio da dominação e exploração (CORRÊA e ZIRBEL, 2021). Nesse sentido, elas são consideradas violências estruturais fomentadoras das desigualdades sociais e das práticas de dominação, marginalização, abandono e descaso, atingindo e atravessando diretamente a formação da subjetividade das mulheres periféricas.

Tais estruturas coloniais muito bem consolidadas influenciam e movimentam a normalização e naturalização de práticas de desigualdade e violência. Práticas já analisadas, as quais a periferia é alvo, como a violência, a desigualdade de infraestrutura social, comparada aos grandes centros – que são principalmente habitados pela elite, em sua maioria esmagadora branca.

Investimento em segurança, lazer, educação, saúde e políticas de seguridade social e saneamento são nitidamente escassos nas periferias da cidade - nesse caso a baixada fluminense – (SILVA & BORGES, 2019), e isso não gera um estranhamento coletivo, mas uma naturalização dessa questão. A normalização não ocorre apenas pela falta dos direitos mais básicos, mas também por esses espaços serem majoritariamente ocupados por negros e pobres, levando a dizimação da população através das violências invisibilizadas (muitas vezes nem reconhecidas por quem as vive) ou da precariedade em infraestruturas para a população, em especial, para as mulheres periféricas.

Para alcançarmos a complexidade dessas questões, aprofundarei sobre esses tais cruzamentos e *nós* (em seus sentidos) de estruturas opressoras históricas capazes de legitimar as violências: a **interseccionalidade**. Posteriormente abordarei realidades de violência da forma mais clássica no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e na região periférica da baixada fluminense.

3.1. A ESTRUTURA INTERSECCIONAL.

Devido às diversas experiências de opressões cruzadas vivenciadas pelos grupos minoritários e não representadas por lutas já existentes, muitas vivências periféricas silenciadas não tinham lugar de identificação e de reivindicar transformações das realidades opressoras. Um desses grupos minoritários, as mulheres negras, no final da década de 1970, reivindicou espaço diante da invisibilidade das experiências das mulheres negras, por meio de críticas coletivas ao feminismo branco e ao movimento antirracista – focado no homem negro – (AKOTIRENE, 2019). Como herança dessas críticas aos movimentos que não abarcavam as múltiplas formas de opressão, a problemática da interseccionalidade foi cunhada, dentro de um quadro interdisciplinar, pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé W. Crenshaw (1989).

A teórica feminista Carla Akotirene aborda essa problemática trazendo à tona a importância da prática decolonial, e considera sob o olhar de África este locus de opressões cruzadas, (Akotirene, 2019). A autora menciona a profecia iorubá da diáspora africana que valoriza a importância de buscar caminhos discursivos dando atenção aos acordos estabelecidos

com antepassados. Os acordos, segundo a diáspora, auxiliam a compreensão dos cruzamentos opressores que são perpassados pelos indivíduos e suas histórias ancestrais. O cruzamento tem como seu representante a divindade Exu, “senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade.” (AKOTIRENE, 2019, p.15). Esta divindade, segundo Akotirene, incorporada no iorubá, denuncia as mordanças políticas inscritas nos caminhos e encruzilhadas – portanto, cruzados – das múltiplas experiências atravessadas pela história. No entanto, em um contexto colonial, ela é “impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito” (AKOTIRENE, 2019, p.15).

O termo conquistou popularidade acadêmica após uma Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância na África do Sul, no ano de 2001. A partir de então, a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2019). Enfim, esse conceito pretende superar o fracasso do feminismo reprodutor do racismo e o do movimento negro reprodutor do machismo, tendo a proposta de considerar e dar atenção às múltiplas fontes de identidade, sem ter a pretensão de impor alguma teoria globalizante da identidade (HIRATA, 2014, apud KIMBERLÉ, 1994).

A interseccionalidade, portanto, se configura como a integração das complexas opressões provenientes das desigualdades sociais do racismo, cisheterossexismo, capitalismo, xenofobia, dentre diversas outras formas de poderes coloniais que impactam as subjetividades de homens e mulheres e suas múltiplas possibilidades de existir dentro desses cruzamentos interseccionais.

Para analisarmos as questões sociais que atravessam as mulheres brasileiras e periféricas, como explica Sueli Carneiro (2003/2019), é imprescindível que a perspectiva da opressão de gênero não seja separada dos outros eixos opressores. Na luta feminista brasileira, é preciso considerar a amplitude e diversidade dos agenciamentos violentos opressores a comunidade feminina que também é diversa. Carneiro, então, nos chama atenção para a necessidade de enegrecer o movimento feminista demarcando o peso da questão racial na caracterização das especificidades das violências sofridas. Por exemplo, na configuração das políticas demográficas, em negligências de políticas públicas na área da saúde, entre outras, que se apresentam através de analisadores, como doenças que assolam uma determinada população e/ou território pobre e preto. Essas formas de violências específicas femininas que

denunciam o aspecto racial como o “aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca” (p.316).

Importante destacar algumas problemáticas do feminismo não enegrecido, que atravessam a classe econômica dessas mulheres. Dentre elas estão as seleções do mercado de trabalho com o conceito de “boa aparência”, consolidadas pelas estruturas racistas coloniais quanto a determinação daquilo que é considerado “bem aparente”, mantendo as desigualdades e privilégios reprodutores do racismo e misoginia, bem como a lógica do processo de globalização neoliberal que acentua o processo de feminização da pobreza (CARNEIRO, 2003/2019).

As violências da misoginia, do racismo e do classismo na interseccionalidade têm, portanto, a capacidade vil de serem totalmente naturalizadas na população. Por isso, importante chamar atenção para o que Carneiro, Gonzalez e Abdias Nascimento denunciam sobre como as subjetividades interseccionais são alvos de violências, a fim de ressoar ainda mais essas vozes essenciais para um Brasil que tem a interseccionalidade nas suas raízes profundas e na maioria de sua população. Sueli Carneiro (2003/2019) afirma que além das questões da violência policial e do genocídio do povo preto, inclusive crianças (luta frequente dos movimentos de mulheres pretas e periféricas), há também um quadro alarmante em curso com relação a redução populacional, fruto de esterilização maciça. A autora chama atenção à progressão da AIDS, o abuso de drogas entre a população negra e práticas eugenistas de biotecnologias da engenharia genética que constituem novo desafio de enfrentamento para o movimento. Sendo assim, esta outra modalidade de violência “invisível” submete a mulher interseccional ao adoecimento e a negligências pelo sistema de saúde.

Lélia Gonzalez (1993/2019) se contrapõe à ideia falaciosa de democracia racial cada vez mais vigente no nosso país e inaugura termos decoloniais apontando a invisibilização desde a etimologia de América Latina. No intuito de favorecer a percepção do que ela vai chamar de *racismo por denegação*¹, a psicanalista critica a nomenclatura de *América Latina* que se afirma como formação exclusivamente europeia e branca. No entanto, nunca fomos considerados américa (termo reservado aos estadunidenses) e nem latina (proveniente de características da

¹ “categoria freudiana”: processo pelo qual o indivíduo defende-se e nega pensamentos, sentimentos ou desejos reprimidos ainda que o tenha formulado (pág.344)¹

língua europeia), mas sim *améfrica* e ameríndia – negros e indígenas aniquilados violentamente por colonizadores europeus. A violência estrutural é, portanto, praticada através do racismo por denegação no inconsciente através até dos aspectos geográfico e populacional, negando nossas verdadeiras origens, nos desidentificando. Nesse racismo há ainda o estímulo e prática da identificação com o colonizador por meio da nomenclatura com suas características. A fim de subverter a lógica racista por denegação, Gonzalez inaugura o termo decolonial geográfico *Améfrica Ladina*.

Lélia Gonzalez aprofunda ainda mais e afirma que a linguagem falada no Brasil é *pretoguês*, a qual nada mais é do que a marca de africanização do português falado no Brasil, influenciado pelo caráter tonal e rítmico das línguas africanas. O contraponto de Lélia Gonzalez embasa, como forma de denúncia, as violências genealógicas inclusive em como somos nomeados. Excluindo e menosprezando a importância da existência e a contribuição negra e ameríndia, até nas classificações eurocêntricas de nomear a ancestralidade cultural brasileira de “folclore nacional” e “cultura brasileira”. Com ajuda de Abdias Nascimento (2016/2021) ampliarei esta discussão.

Abdias Nascimento (2016/2021) denuncia os genocídios do negro brasileiro, entre estes o branqueamento da raça como estratégia de extinguir o povo preto e o embranquecimento cultural com a ideia de folclorização. O primeiro caracterizou-se como um projeto de desaparecimento de uma raça, o que, de acordo com o autor, muitas vezes legitimava a violência sexual de mulheres pretas. O segundo objetivou a mestiçagem cultural que aniquilaria a possibilidade de uma raça a identificar-se nas expressões de sua cultura e do seu espírito. Abdias ainda destaca que a aniquilação da identificação somada a estrutura de gênero, submetia aos corpos femininos de pele preta violências específicas devido ao curso dessas estruturas genocidas brasileiras que, semelhante ao argumento de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, o autor afirma se estruturar, nesse caso, em um processo de Racismo velado e violento.

Para darmos continuidade aos caminhos, ou melhor, encruzilhadas do complexo tema adiante que não será possível nessas poucas folhas abarcar todos os cruzamentos e *nós* das complexas estruturas violentas marcadoras das identidades das mulheres, por isso, mencionarei alguns, com a esperança de instigar outros que possam ser expressos. Reitero a necessidade de não hierarquizar-los ou compará-los, e assim fortalecer a luta feminista e decolonial, apostando na responsabilização das batalhas que, apesar dos caminhos diferentes, em algum momento se cruzam, até por fazerem parte de uma mesma população oprimida pela colonização: a brasileira.

População esta que enfrenta difíceis realidades de violência contra mulher, a qual discutiremos e aprofundaremos os dados alarmantes e denunciadores, e suas características a seguir.

3.2. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021) afirma em seu relatório sobre violência contra mulher que uma em cada três mulheres em todo o mundo sofrem violência e ainda menciona que os números dos casos continuam inalterados na última década. Segundo dados da pesquisa “Visível e Invisível” (2023), feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública junto ao Instituto Datafolha, 33,4% das mulheres brasileiras com dezesseis anos ou mais sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro íntimo ou ex e 45% dessas mulheres não fizeram nada diante da violência, 17,3% procurou ajuda da família e 15,6% dos amigos. Observamos que os dois lugares mais procurados entre as mulheres que escolhem fazer alguma coisa, portanto, são vínculos comunitários próximos. A média nacional é maior que a global de 27% (OMS) e do total da média nacional, 65,6% das mulheres que sofreram a violência eram negras. Todas as formas de violências sofridas pelas brasileiras tiveram seus índices aumentados no último ano.

Segundo dados do Dossiê Mulher realizado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP 2021), a cada vinte e quatro horas noventa e uma mulheres foram vítimas de lesão corporal dolosa, onze foram vítimas de estupro, oitenta e três mulheres são vítimas de ameaça e cinquenta e três mulheres foram vítimas de injúria. Estes casos são os notificados, o que segundo o mesmo Instituto, a realidade pode revelar um número muito maior devido às subnotificações e acessos ao serviço, ainda mais dificultados devido ao isolamento social em decorrência da COVID-19. Do total de casos de violência doméstica no estado do Rio, aproximadamente 25% ocorreram na baixada fluminense, esta que também enfrenta grave realidade de subnotificação.

A violência contra a mulher é uma realidade histórica, recorrente em muitos países ao redor do mundo, oriunda de relações de poder assimétricas em que se constituem hierarquias visíveis ou não. Esta pode ser reproduzida através de assédio, tortura, violência sexual e psicológica, perseguição e em casos fatais, o feminicídio. Assim sendo, a desigualdade de gênero afeta violentamente as subjetividades dessa população. Além dessa desigualdade, o dossiê também informa que as mulheres negras são as mais atingidas em todos os tipos de

violências, exceto a moral. O que não significa necessariamente que ela não sofra tanto quanto as outras, mas sim que não denuncie por desinformação ou conformidade.

Além dos dados do Instituto de Segurança pública, a Sociedade Civil “Fórum Grita Baixada” (2019), através do boletim de violência contra a mulher, publicou os tipos de violência cometidas, as mais afetadas e quem eram os principais agressores. Segundo o boletim, em 2017, 31% dos feminicídios do Estado do Rio de Janeiro ocorreu na Baixada Fluminense além das diversas outras violências cometidas (sexual, moral, física, psicológica, patrimonial, tentativa de feminicídio, entre outras). Das que sofreram com essas múltiplas violências, 61,7% eram mulheres negras. O boletim ainda informa que 60% dos casos de violência foram praticados por conhecidos (Ex-companheiro, companheiro, parente, amigo/vizinho).

Levando em consideração que um dos maiores motivos que levam as mulheres a permanecerem convivendo com seus agressores é a dependência financeira (IPEA, 2019), além da raça, como visto acima, a classe dessas mulheres também se apresenta como importante aspecto na pesquisa territorial da violência estrutural. Outra informação alarmante dada pelo boletim do Fórum “Grita baixada” é de que a maior parte dos casos de feminicídio e violência contra mulheres não chegam a ter registros oficiais. Portanto, além do gênero enquanto influenciador nos dados de violências, as causas que parecem levar as mulheres a situações graves de abusos são permeadas pelos eixos de raça e classe. Logo, trata-se de uma violência consequente das opressões interseccionais (CORRÊA e ZIRBEL, 2021), o que instiga a análise do suporte oferecido às mulheres interseccionais no âmbito da assistência social. Para isto, importante aprofundarmos nas definições e políticas da Assistência Social.

4. O SUAS E OS EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social no Brasil é organizada enquanto política pública pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), porém a origem de seu serviço foi marcada por caridades, interesses políticos e assistencialismos desde o período colonial (OLIVEIRA & KAHHALE, 2020). Determinada por filantropias e pela religião até a década de 40, foi em 1947 no Estado Novo, com o Conselho Nacional de Serviço Social a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que a Assistência Social ganhou um caráter institucional a fim de atender demandas sobre desenvolvimento social do país. No entanto, foi a partir de 1985, com contexto nacional de transição democrática, que ocorreram discussões mais intensas com o objetivo da criação da política pública de assistência social.

Então, em meados da década de 80, foi construída a proposta de Lei Orgânica e de Política de Assistência Social por diversos grupos de movimentos sociais como sindicatos, partidos políticos, trabalhadores da área, entre outros grupos. Finalmente, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, Lei Nº 8.742) foi aprovada na Câmara e no Senado, cinco anos depois da Constituição Federal de 1988 demarcar legalmente a compreensão de assistência social como política da seguridade social, iniciando um processo que visava a consideração do indivíduo como sujeito de direito.

Segundo o boletim emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS, 2009), o SUAS foi implantado em 2005, resultado de deliberação da IV Conferência Nacional da Assistência Social ocorrida em 2003. No (des)governo de Jair Bolsonaro, o ministério do Desenvolvimento - criado no primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva-, junto ao Ministério de Esporte e Cultura, foi incorporado ao Ministério da Cidadania. Após sua longa e recente estruturação, a Assistência Social gerida pelo SUAS possui suas ações focadas em dois eixos de proteção social: a básica e a especial, considerando cada território, suas demandas e necessidades. O Art. 6º A, inciso I, refere que a proteção social básica tem por objetivo o fortalecimento de vínculos sociais comunitários e a prevenção de violação de direitos, cujos equipamentos de atuação são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) (Lei n. 8742, 1993). A proteção social especial atua quando os direitos já foram violados, suas unidades assistenciais são os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Diante do interesse desse estudo no fortalecimento de vínculos sociais comunitários e a prevenção de violação de direitos das mulheres periféricas, abordarei o serviço no CRAS e, em seguida, a política no território de Nova Iguaçu – Austin. O CRAS, por sua proposta de atuação, localiza-se em áreas identificadas como espaços de maior risco social. Sendo assim, oferece acolhimento, atendimento com Assistente Social e Psicólogo, Orientação Social, Oficinas de diversas modalidades, palestras socioeducativas, isenções para emissão de documentos, gratuidade no casamento entre outros programas. O equipamento oferece diversos serviços através do Cadastro Único (CadÚnico). Neste cadastro é gerado um Número de identificação Social (NIS), o qual permite o acesso aos programas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Isenção de Taxas em Concursos Públicos, Id Jovem, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) um dos programas pilares do CRAS (Art. 24-A, LOAS). Além disso, o NIS também

serve como instrumento de identificação das famílias de baixa renda a fim de que o Estado conheça a situação socioeconômica da população.

4.1. O TERRITÓRIO DA PESQUISA DE CAMPO.

No município de Nova Iguaçu, o trabalho da Assistência Social é realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Segundo o último Plano Municipal de Assistência Social (2018/2021), a secretaria possui unidades de assistência social espalhadas pelo território, dentre eles: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Casas Abrigo, casa da acolhida para a terceira idade, Centro Pop (Centro de referência especializado para População de Rua), coordenadoria de mulheres, Espaço Municipal da Terceira Idade (ESMUTI) e Residência Inclusiva.

Para este estudo foi escolhido o CRAS localizado no território de Austin, bairro do município de Nova Iguaçu. Na mesma estrutura física também se encontra o CAPSad deste município. Os serviços funcionam em um espaço público abandonado, reformado no início do ano de 2022, onde funcionava uma Unidade mista básica de saúde (Posto). Esta junção foi realizada devido ao despejo coletivo desses Órgãos públicos dos locais antigos por falta de pagamento dos estabelecimentos alugados. Ao lado do equipamento misto funciona um Departamento de Polícia Organizada (DPO). A unidade está localizada na região central do bairro.

A equipe de atendimento no equipamento mencionado é formada por quatro psicólogas, - uma delas responsável por coordenar o equipamento - três Assistentes Sociais, três cadastradoras de usuários, três oficinairos, uma auxiliar de serviço, um recepcionista. Nesta unidade funcionam todos os programas previstos pela política do CRAS e mais um programa criado pela SEMAS de Nova Iguaçu, o da Primeira Infância Protegida na Assistência Social (PIPAS). Cada técnica de nível superior é responsável por assistir um determinado número de famílias inscritas no PAIF, cuja unidade atende por volta de 150 famílias pelo programa.

Os dados sociodemográficos e econômicos apontam que o município de Nova Iguaçu possui 520.807 km² de área e população estimada de 821.128 habitantes, com densidade demográfica de 1.528 hab/km², em 2019, segundo o IBGE (2021). Seu IDHM está situado como faixa alta com 0,713, porém a avaliação de desigualdade da distribuição de renda, o Índice de *gini*, variante de 0 a 1 está em 0,48 que representa que existe grande desigualdade social na região. A renda per capita da cidade foi de 591 reais em 2010, segundo o IPEA. Portanto, Nova

Iguaçu é considerado um território de crescente desenvolvimento social, todavia, possui uma área extensa e sua renda está concentrada no centro e proximidades. No município, a desigualdade de renda entre os bairros, principalmente os mais afastados, é uma realidade notória.

Dentre os bairros, Austin é um deles e se localiza a aproximadamente 13 km do centro do município de Nova Iguaçu, fazendo fronteira com o município vizinho de Queimados. Possui área em torno de 35km² e estimativa de 106.000 habitantes residentes em domicílios particulares permanentes, dentre eles 15.500 vivem com menos de 70 reais por mês e 44.520 com renda de até R\$140 por mês. No raio de 3km da unidade do CRAS de Austin, há um perfil socioterritorial que apresenta dados importantes baseados no CadÚnico. No final de 2016 o total de famílias cadastradas no CadÚnico era de 9.975 (30.588 pessoas cadastradas), 6.106 famílias estavam em situação de extrema pobreza e 1.406 em situação de pobreza. O total de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família foi de 5.462, abarcando 18.095 pessoas (MOPS, 2016).

No território há 15 escolas municipais (uma delas possui serviço de creche) que abrangem a população de Austin, Três clínicas da família, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e um conselho tutelar (MOPS, 2016). O equipamento da Assistência visa estabelecer redes com esses equipamentos e com alguns lares que funcionam como ONGs, ligados a instituições religiosas, como os Lares de Tereza e Fabiano de Cristo. Estes lares organizam a gestão de duas unidades em Austin próximo ao CRAS e, segundo suas próprias políticas, possuem o objetivo de promover “proteção social” e “educação”.

Logo, Austin devido ao seu perfil socioeconômico se enquadra na política da assistência de seguridade social, a qual trabalha pela garantia dos direitos da população. O trabalho da equipe servidora do CRAS de Austin, segundo a política, é de construir e estruturar vínculos e redes comunitárias com a população e com as instituições presentes no território, com o intuito de garantir os direitos e assistência àquela população. O maior público do equipamento são mulheres interseccionais - discutiremos mais adiante - com demandas de programas de acompanhamento, segurança alimentar, auxílio financeiro, o que nos mostra em suas estruturas a presença de diversas violências e negligências sofridas por esta população em específico. Praticadas por familiares, parceiros como também pelo Estado e resquícios coloniais atuais, como já mencionou Curriel (2014/2019).

5. METODOLOGIAS

5.1. ESCRE-VIVÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA PERIFÉRICA.

Nesta seção me dediquei ao desenvolvimento e análise dos atravessamentos nas experiências vividas no CRAS. Para tal tarefa evoco a luta política decolonial de Conceição Evaristo (2020) com seu perfil literário já consagrado: a Escrivivência, como método para analisar os dados construídos na experiência do percurso. Considero a luta política decolonial de Conceição Evaristo, a primeira e talvez a única capaz de abarcar toda a potência dos encontros e atravessamentos das vivências.

A escrevivência, segundo Conceição Evaristo (2020) é a escrita da vivência e da existência de vozes que sempre foram coadjuvantes ou muito ficcionalizadas, mas nunca protagonistas e autoras da sua própria experiência de vida. Portanto, Conceição menciona que a luta é sobre o lugar que parte a escrita, como por exemplo, das mulheres negras e indígenas, duas características de um *não lugar* de escrita/saber dessa vez no seu próprio lugar de fala. O *não lugar* remete justamente a ideia de um lugar que é inacessível e não ocupado pelas mulheres negras e indígenas. A partir desse (não-)lugar, com a escrevivência, aquelas que eram coadjuvantes e ficcionalizadas, viram protagonistas. Se colocam e se pronunciam sobre a sua existência para afirmar a origem de povos africanos e ameríndios violentados nesse país, a fim de “celebrar minha ancestralidade e me conectar com o meu povo” (2020, p.30), ressoando a voz dos nossos ancestrais silenciados pela casa-grande. O que não tem espaço para egos acadêmicos eurocentralizados, mas para outras páginas da academia brasileira e produções de saberes decoloniais na esperança de consolidar uma estrutura **urgente** acadêmica-política, assumindo um lugar provocador do engessamento acadêmico colonial e neoliberal.

A escrita daqui em diante, então, terá uma nova forma de expressão, identificada com o que Conceição Evaristo diz sobre como a escrita nasceu para ela: “como procura de entendimento da vida” (2020, p.34), vida esta que experienciamos e não tivemos domínio sobre nada. Essa escrita tem por objetivo buscar um movimento de resistência, proporcionando a auto inscrição do povo e seus ancestrais no interior do mundo.

Escre-viver sobre as experiências periféricas não é nem de longe neutro ou distanciado, visto que escrevo, cresço e vivo atravessada por todas as questões tratadas em campo (a escrita partindo de quem também a viveu). Ou seja, a experiência periférica também é minha. Pasmem,

mesmo sendo de um município diferente do município onde está o CRAS estudado da baixada, encontrei muito mais identificações do que divergências nos meus agenciamentos. Mais adiante abordarei melhor cada (escreva) vivência como *cria* da baixada, do encontro com o CRAS, do acolhimento e dos encontros com as mulheres e suas demandas. As vivências estarão nessas linhas da experiência em campo, as quais tecerei também com a ajuda dos registros do dispositivo diário de bordo, escrevendo, sua execução e método apresento a seguir.

O diário de bordo tornou-se companheiro em todos os encontros em campo, possibilitando, tal qual um diário pessoal, escrever as impressões, afetos e vivências imediatamente após a experiência. O diário facilitou a emergência do sujeito e do objeto no caminho de acompanhar e vivenciar os processos em campo, permitindo que ambos coexistam e dialoguem entre si, inclusive com os atravessamentos dos encontros. Nas análises das implicações, o método auxiliou no exercício de uma escrita íntima, facilitando a evocação de cada momento que registrei no diário, logo após a pesquisa de campo. O diário de bordo, portanto, é um dispositivo que sempre nos acompanha, favorecendo a cartografia minuciosa onde sujeito e objeto podem coexistir junto aos atravessamentos que as experiências em campo proporcionam, permitindo as análises das implicações emergentes dos participantes em uma pesquisa-intervenção (BARROS & PASSOS, 2020).

5.2. DE CRIA

Inicialmente, me deparo com um pensamento um tanto quanto questionador sobre o narcisismo interno (eu que poucas vezes durante a vida pude falar sobre mim ou questionar sobre algo dado e pré-estabelecido), mas Conceição (que também tenho por sobrenome) em “A Escrivência e seus subtextos” (2020) me chama atenção prontamente. Suas linhas me lembram que nosso espelho nunca foi o de Narciso que não ecoa nossas falas, é surdo a nossas vozes e jamais refletiu o nosso rosto. Nosso espelho é o de Oxum e de Iemanjá. Este apontamento instantaneamente me toma em assalto por emoção. É verdade! Nosso espelho nunca foi de Narciso, mas de Oxum que nos mostra a descoberta da nossa beleza e a contemplação da nossa potência. Com Oxum “Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto” (p. 39).

Quando recuperamos nossa individualidade pelo *abebé* (espelho) de Oxum, segundo Conceição, outro nos é oferecido, o de Iemanjá que nos conscientiza da potência coletiva e de ver outros rostos para além dos nossos, sendo assim, nossa imagem e corpo, “vimos rostos próximos e distantes que são os nossos” (p.39), potências para acolhimento de nossos outros corpos. No contato com a escrevivência de Conceição, agradeço por ela salvar e acolher meu corpo e lembrar os espelhos de Oxum e Iemanjá que refletem a potência desta escrita.

Nascida na baixada nos melhores dias - como diria o samba - em Nilópolis, 1995. Filha de Regina e Dermeval e irmã de dois irmãos mais velhos. Uma mulher e um homem (este último o mais velho dos três). Em berço cristão evangélico tive a criação voltada para os valores da igreja, o que resultou em muitos tabus sobre sexualidade, sexo, desejo, autonomia, liberdade, machismo entre outros assuntos. De família materna branqueada na mistura entre português e indígena de São Fidélis, e paterna preta e indígena litorânea de Angra dos Reis, meus traços sempre foram desajustados em muitos espaços que eu ocupava, para não dizer todos.

Meu cabelo bem cacheado e cheio sempre foi alvo de comentários entre familiares brancos racistas e amigos, “com uma progressiva para abaixar ia ficar bonito”, eu não me sentia bem com o cabelo solto pois ficava de *cabelo pro alto*, era como chamavam a característica natural do frizz do cacheado. “Puxamos esse cabelo ruim da família do pai”, dizíamos eu e minha irmã. Alisei aos 12 anos e tive um certo alívio, confesso. E assim foi periodicamente visitando a cabelereira para ela alisar a raiz, anos e anos até os vinte três anos.

Meu corpo não era tão bem tratado em lugares de gente bacana, de gente chic. Era como falávamos. Como aprendemos falar. Porque verdade, nas lojas eu não costumava comprar quase nada mesmo, não podíamos, e nem tinha cara de gente que podia comprar. Ainda que nos comportássemos *direitinho* e com *muita* educação, como ensinavam que devíamos nos comportar perto de gente bacana. Já na frente de bares, esquinas e ruas, desde muito cedo, aos onze, os olhares assediadores, assobios e piadinhas eram lançadas ao meu corpo *moreno*. “Linda morena”, já disseram. Meu corpo sexualizado aos onze em diante, por homens muito, muito mais velhos. Eu andava bastante sozinha pelas ruas, indo e voltando da escola, do curso, da igreja.

Meu jeito de ser, de questionar e falar. Diziam que eu era uma “*mocinha*” e precisava me comportar feito uma. Meus questionamentos nem sempre puderam ter respostas ou podiam ser recebidas com acolhimento. Eu queria “saber *demais*”. Não havia muita liberdade de sair

na adolescência, pela ameaça constante de perigo, tanto de crimes, quanto de *gente maldosa*. “Prendam suas cabras porque o meu bode *ta solto*”. Ouvi como argumento do porquê não podia ir a festas de aniversários que iam até tarde de amigos homens do ensino fundamental. Perna fechada, riso baixo, fala amena, devia ser mansa. Às expectativas, sinto muito, mas eu nunca fui uma mocinha. Porque sempre senti muito, sede de vida e a coragem de não abaixar a cabeça para assédios, ordens desmedidas e para nada que me fazia doer.

Os serviços de casa deviam ser feitos pelas mulheres da casa. Os desejos dos homens da casa deviam ser atendidos e não contrariados. O questionamento do porquê dessas verdades era respondido: “porque são homens” e estão ocupados estudando ou cansados demais. Cresci vendo Regina servir os homens, a casa, menos à sua saúde. Anulava muitos de seus desejos em detrimento da servidão. Precisava servir a janta, não podia ficar muito tempo fora. Lendo Federici (2019) em “O ponto zero da revolução” o importante tema do trabalho doméstico, reprodutivo e a sua desvalorização como um “não trabalho” me fizeram enxergar Regina e sua história pouco contada, de outra forma. Mãe não tem o ensino fundamental completo porque precisou servir a casa e a reprodução.

Como de costume do lugar da mulher, eu não *tinha querer*. Diziam a última afirmativa. **Tinha que** fazer, **tinha que** aceitar, não podia desejar algo fora da caixa de uma família tradicional cristã de classe baixa, miscigenada, e atravessada fortemente pelo racismo e misoginia. Assim cresci, com muitas vergonhas e medos de colocar a voz e as dúvidas no mundo. Me tornei cristã, onde encontrei a possibilidade de fazer e ter amigos e ter divertimento, pois nada do que tinha fora da igreja prestava. Ali namorei aos quinze anos, um menino cinco anos mais velho, perigosamente abusivo e violento onde acabou aos dezessete, com xingamentos, perseguições, agressões e chantagens. Meus pais, com o fim, disseram que ele era um bom garoto.

Casei aos vinte e um. Com um jovem católico, o que já foi um problema para os amigos evangélicos e líderes religiosos, sempre muito conservadores. Uma experiência importante na minha vida, a qual me fez enxergar muita coisa sobre mim e sobre o mundo. Durante a faculdade de psicologia (a qual me virou do avesso algumas muitas vezes, *ainda bem*), me separei aos vinte e três. Com comentários constantes “deve ter sido esse feminismo que ela tá militando agora, não foi?”. Sorri, levantando de onde eu estava. Aprendi que eu já não precisava mais estar onde não me cabia e nem ser aceita por gente que nunca foi como eu. Esse processo passou pela desidentificação com o patriarcado, a branquitude cristã colonizadora e a

identificação com tudo aquilo que eu me reconhecia no sentir. No afeto. Inclusive, com meu cabelo. Eu não sou rica, não sou branca, não sou homem. E **nunca** serei. Disso sinto violento alívio.

Com o sucesso do projeto colonizador cultural de desidentificação com nossas verdadeiras origens, foi só no penúltimo ano da faculdade que tive a provocação política de onde eu me encaixava nos movimentos minoritários. Um longo processo de mergulho em mim mesma, na minha história que até então não era contada e nas minhas marcas pessoais. O espelho de Oxum já em minha mão, o de Iemanjá foi-me dado. Na inquietação me interessei em escrever, pesquisar e falar sobre essas experiências subjetivas dentro da faculdade de psicologia, onde então tive a oportunidade de fazer meu trabalho de conclusão de curso e entrar em contato com diversas escritoras decoloniais que me apresentaram muito de mim mesma sem nem me conhecer. Pudera, as estruturas sociais produzem algo em comum no extrapessoal, para além do infrapessoal, a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação de ambas esferas (GUATTARI & ROLNIK, 1986/2011). Ou me ajudando a me (re)conhecer com as identificações que me foram negadas e confusas por meio dos diversos agenciamentos coloniais.

Já conhecia o feminismo, porém não conseguia me expressar totalmente através dele e não entendia muito bem o porquê. Neste contato com as escritoras e escritores decoloniais conheci a interseccionalidade como luta política minoritária e senti com meu corpo e ancestralidade que finalmente havia chegado no caminho que além de me dar sentido, me fazia sentir. Muito. Juntamente com as minhas e meus ancestrais. Silenciados em sentidos. Nesse processo, tive muito contato com a minha prima, preta retinta e nilopolitana, senti como um espinho no estômago ouvir dela a frase “precisamos embranquecer a família”, porque presentifica aquilo que historicamente sempre foi tentado: fazer desaparecer uma raça, com sua cultura e costumes. Me soou como falência da comunidade educacional que considera num passado distante essa possibilidade. Essa frase denuncia a urgência de olharmos para a nossa periferia – que é maioria em população – tratarmos de assunto como a violência interseccional e produzimos na comunidade acadêmica que se diz brasileira, para o Brasil de verdade.

5.3. DO ENCONTRO COM O CRAS

Neste capítulo abordarei sobre as experiências que me fizeram escolher o CRAS e como se deu a entrada e vínculo com o equipamento. Desde o meu primeiro encontro com o que era o CRAS e como funciona o serviço, até as experiências vividas no decorrer da pesquisa, irei destacando em ordem cronológica esses encontros, recorrendo aos registros no diário de bordo, investida da escrevivência.

Em 2019, durante o estágio supervisionado da graduação em Psicologia na área socioinstitucional da UFRRJ, cada estagiário precisaria escolher um equipamento do SUAS para estagiar. As práticas foram supervisionadas sob o olhar da esquizoanálise, com sua proposta advinda da Análise Institucional e da pesquisa-intervenção, considerando a política do SUAS. Desde aí, os afetos foram constantes diante do natural interesse e desejo em pesquisar e aprender sobre o tema, nessa perspectiva teórico-prática.

Nesse percurso, conhecemos a SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu) a qual apresentou os equipamentos disponíveis para receber estagiários. E assim escolhi o equipamento de Austin, último bairro de Nova Iguaçu que faz fronteira com o município de Queimados.

Nos primeiros contatos foram “enxurradas” de informações e choques de realidades. Na mesma medida surgiram as identificações com o território e com aquelas pessoas, aliás, eu e eles éramos da baixada fluminense. Reuniões com usuárias, atendimento ao público, visitas domiciliares, encontros amistosos na cozinha onde todos tomavam um café e cuidavam das crianças enquanto os pais eram atendidos pelas técnicas. Todas estas funções eram possíveis no dia a dia com o CRAS.

No espaço, o maior público de usuários era nitidamente composto por mulheres negras, das filas de espera para atendimentos às reuniões dos programas de assistência. A última atividade realizada, antes da triste realidade de calamidade sanitária no início de 2020 com a COVID-19, foi a de assumir a facilitação de uma reunião do PAIF com o tema “Assédio sexual não”. A proposta foi fazer a reunião em formato de roda de conversa, nela havia dois homens e por volta de 10 mulheres. E aqui, leitora, muita coisa sobre toda a minha vida fez sentido. Aquelas mulheres foram reflexo do espelho de Iemanjá dita por Conceição (2020) à medida que abordávamos o assunto assédio, limites e respeito.

Não era possível, para a Débora, mulher, feminista, negra, cria da baixada e afetada por todas as questões levantadas e tratadas naquela roda, dar por acabado todos os atravessamentos promovidos pela experiência de trabalhar no CRAS. Eu **tinha que** voltar, por pura necessidade de dar voz e denunciar todas as palavras caladas e silenciadas nos 25 anos de vida, agenciadas por muitas daquelas questões compartilhadas no CRAS. Voltei.

Março de 2022, fui recebida novamente de braços abertos pelas técnicas sempre muito atenciosas - e lotadas de trabalhos técnicos. Com a pandemia, muitas funções, trabalhos e até vínculos do CRAS estavam diferentes. As reuniões com o programa PAIF já não estavam mais ocorrendo devido ao isolamento social necessário. Mas o CRAS estava lotado de pessoas em busca de trabalho, documentos e alimento. Agora o público nas filas de atendimentos técnicos estava bem mesclado, homens e mulheres, o que identificamos como um analisador, porém, em sua maioria, ainda tinham algo em comum, eram negros.

Ao dizer meu interesse em estar no ambiente do CRAS, pesquisando o tema desta dissertação, percebi que houve certa angústia da coordenadora. Fatalmente condicionada ao tecnicismo do serviço cheio de questões burocráticas, foi logo pensando e contando sobre as atividades e oficinas oferecidas pelo CRAS: zumba, maquiagem, madeira, reciclagem. Aceitei o convite em ir com a técnica Assistente Social e uma auxiliar de serviços gerais até a aula de zumba, que ocorria em uma praça próxima ao equipamento (por volta de 1km). Dançamos zumba com as mulheres na praça, de *passinho* a pisêro. Fui a três aulas de zumba, convidei as mulheres para uma roda de conversa no CRAS, estas que pareciam não ter muito vínculo com o CRAS, mas frequentadoras assíduas da oficina de zumba. Eram por volta de vinte mulheres, todas pardas e negras.

Depois me disseram para frequentar as oficinas oferecidas pelasicineiras. Não me senti muito à vontade para interromper as aulas. Eu também não queria limitar e vincular o grupo ao título violência, então tentei propor uma roda de discussão sobre mulheres periféricas. Porém, as frequentadoras das oficinas não estavam no PAIF, e revelavam interesses mais relacionados as propostas das oficinas, não aderindo tão bem aos horários e as ideias.

Diante disso, fui em busca de traçar novas estratégias para realizar o percurso para conhecer os modos de subjetivação das mulheres periféricas junto a técnica e coordenadora, a qual estava sempre de prontidão para me auxiliar na pesquisa. No início da pesquisa, a técnica havia descartado a possibilidade da realização das rodas com as mulheres acompanhadas pelo PAIF devido a uma perspectiva de que havia muito tempo sem reuniões, sem contato com as famílias antes assistidas. Os vínculos, devido ao isolamento social da COVID 19, estavam realmente frágeis como potencialidade de comunidade e construção de vínculos sociais, logo, políticos. A partir disso, decidi conversar com outra técnica de referência que acompanhava o maior número de famílias do equipamento pelo PAIF, enfim, ela me informou alguns casos recentes de busca por acolhimento com denúncias de violência doméstica. Acompanhei dois acolhimentos, aqui, leitora, são atravessamentos cortantes que irei abordar melhor no próximo capítulo.

Em junho de 2022, as reuniões das famílias acompanhadas pelo PAIF voltaram. Com aderência daquelas que sempre estiveram, mulheres negras, na maioria, chefes de família. Então, pude participar de três momentos no CRAS com os respectivos temas: reunião - luta lgbt, moderada por uma trabalhadora lgbt, palestra sobre negritude conduzida pela diretora geral da SEMAS, Juliana, que é uma mulher preta (em comemoração ao dia internacional da mulher negra latino americana e caribenha) e, por último, uma palestra sobre os direitos da mulher oferecida pelo Centro especializado de atendimento à mulher de Nova Iguaçu (CEAM). A experiência desses encontros será apresentada nos capítulos 5.4 e 5.5. Ainda no CRAS, fiz uma entrevista com a equipe trabalhadora a qual abordarei adiante.

A ENTREVISTA TÉCNICA

Escolhi nesta pesquisa tratar sobre os dados trazidos pelo olhar das profissionais técnicas, a fim de aprofundar as análises das implicações das trabalhadoras à medida que discorria sobre o dia a dia do CRAS, as análises de cada técnica e seus afetos. Para isto, utilizei o manejo cartográfico da entrevista (TEDESCO & CALIMAN, 2013), o que para cartografia é como um método a ser experimentado, como uma variação com o objetivo de ampliar cartograficamente a análise do campo pesquisado.

a entrevista na cartografia não visa exclusivamente a informação, isto é, o conteúdo do dito, e sim o acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação

(TEDESCO & CALIMAN, 2013)

Participaram desta entrevista três técnicas; duas psicólogas, uma era nova no CRAS, a outra a coordenadora do equipamento, uma assistente social e dois estagiários, um de cada área. Cinco pessoas, quatro delas eram brancas. Duas das técnicas não eram da baixada e não conheciam o território. Ao ser perguntada sobre sua origem, a técnica baixadense negra me responde, depois de algumas respostas rebuscadas e técnicas, da seguinte forma: *eu sou cria*. Contive os olhos marejados ao ouvir isso. Pouca gente vai entender o que é dizer isso e se identificar com isso em espaços (ainda que limitado por quatro paredes) que somos minoria. Me identifiquei, afetada.

Fiz no total quatro perguntas norteadoras, descritas adiante junto com as respostas das entrevistadas, que levaram a outras discussões. Irei trabalhá-las, discutindo a seguir, a partir das

respostas e inquietações do atravessamento das técnicas e estagiárias. Entendendo violência interseccional enquanto uma estrutura política e praticada de formas diversas, as perguntas objetivaram conhecer pelas respostas das técnicas, os possíveis agenciamentos dessa estrutura no dia a dia do serviço de Assistência Social. Usarei nomes fictícios ao mencionar as respostas das pessoas entrevistadas com o objetivo de preservar a identidade de cada uma.

A primeira pergunta “*Qual a maior demanda de atendimento que vocês recebem no CRAS?*” foram unânimes as respostas: “Alimentação e CadÚnico para Auxílio Brasil”. A técnica da Assistência Social aprofundou. Comentou sobre a grande demanda de pessoas que procuravam o CRAS (o qual só tem vaga de agendamento de cadastro para quatro meses mais tarde) fruto da desinformação passada nos veículos de comunicação. Mencionou que as demandas do CRAS estavam mais voltadas a ideia assistencialista, a qual a Assistência muito lutou para se diferenciar e ser considerada, não como caridade condicional relacionada a instituições religiosas, por exemplo, mas enquanto política pública de direitos da seguridade social.

A segunda pergunta “*Qual perfil dos usuários mais assíduos do equipamento?*” foi respondida prontamente também pela Assistente Social. A qual afirmou que o público estava atualmente muito diferente do que sempre havia sido. Antes da pandemia as filas de espera eram de mulheres chefes de família (sem mencionar a raça dessas mulheres) e atualmente são acrescentados, homens e jovens, tornando-se um público muito diverso.

A terceira pergunta, feita à fim de ouvir as implicações das trabalhadoras: “*Como vocês se sentem enquanto profissionais trabalhadoras do CRAS?*”, a coordenadora, disse: “Enxugando gelo”. A Assistente Social: “Frustrada”. Acrescentou, emocionada, que a política da Assistência demorou muito para se consolidar como política de Seguridade Social, em 2004, e agora ela estava vendo diariamente essa política ser esfacelada pela mesma ideia assistencialista. Esta ideia despersonaliza o CRAS daquilo que ele se propõe enquanto política de fortalecimento de vínculo e garantia de direitos sociais. A técnica psicóloga e cria disse: “enxugando gelo, realmente”, pois afirmou que não via muito mais o que elas poderiam fazer em diversas situações diante das demandas que chegavam até o CRAS.

As pessoas que frequentam já não identificam mais o CRAS de acordo com o objetivo de criação dele, mas como um lugar onde se faz Cadastro Único, consegue cesta básica e que pode “ajudar em qualquer dificuldade”. A coordenadora mencionou um caso em que o usuário foi até lá perguntar onde ele consegue o adesivo da sinalização de idoso para o carro. Outro que

queria saber como cadastrar o bilhete único gratuidade. A promulgação da LOAS² e doze anos mais tarde a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garantido pela LOAS, foi constituída através de muita luta pelos direitos sociais sem a arbitrariedade de barganhas e dos valores morais ou cristãos marcados pelo assistencialismo. Para as técnicas, a sensação de retroceder nessa luta era iminente devido ao que havia acontecido na política.

Em seguida falamos sobre os pontos principais que elas mencionaram. O sucateamento da política de seguridade social do governo de Jair, junto com a despersonalização do equipamento e suas potencialidades através da desvalorização dos direitos humanos, relacionando-os à fantasmas projetados ao comunismo, pela ausência de políticas públicas voltadas a seguridade social que tem como princípio a consideração de todo indivíduo como sujeito de direito independente do credo, raça, orientação sexual, etnia e classe. O que ficou nítido nas práticas e discursos políticos desse governo foi a quebra das garantias de direitos.

Falamos também sobre o programa PAIF, do qual as técnicas informaram estar afastadas devido à grande demanda de outros serviços. Logo, os acompanhamentos das famílias não estavam acontecendo. Quando mencionei sobre as reuniões mensais do PAIF em que estive presente nos últimos três meses, a qual nenhuma delas mencionaram, destaquei que as reuniões estavam sendo frequentadas majoritariamente por mulheres pretas. Após este comentário, elas adicionaram que verdadeiramente as que frequentavam as reuniões continuavam sendo as mulheres. Analisador que chamou atenção indicando a possibilidade desses espaços femininos dispostos ao encontro de potencialidades de acolhimento, micropolíticas e construção de redes comunitárias passarem despercebidos.

A coordenadora se fazia presente no grupo entrevistado em forma de roda de conversa dividindo a atenção com a organização de papéis burocráticos de cadastros do PAIF e usuários do CRAS. Um analisador identificado não apenas nesse momento, quase como a simbologia da distração e desgaste profissional que desvia o olhar, inevitavelmente, das infinitas potencialidades e práticas outras do serviço. Como consequência do desgaste, a inviabilização da prática da política de seguridade social entra em curso, o desmonte da política torna-se realidade. A lógica de uma “seguridade social inconclusa somada e adensada a uma ideologia antiestado, presente no governo de Bolsonaro, esgarça e fragiliza ainda mais o que restou do sistema de proteção social” (CASTILHO & LEMOS, 2021). Bem como, o constructo sobre os

² Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos

espaços da assistência social, como assistencialismo e a disseminação de desigualdades de raça, gênero, etnia, religião entre outros, esvaziando o direito básico de igualdade de direito.

Da política de seguridade social, fortalecimento de vínculo e garantia de direitos básicos dos cidadãos, as técnicas estavam sendo demandadas em outra direção, com a sensação de desvio da política que visa assistir e contrapor as negligências e violências sociais e estruturalmente praticadas com as populações minoritárias: mulheres, pobres e negras. Sueli Carneiro (2003/2019), como mencionado no capítulo 3 chama atenção sobre as alarmantes práticas de violências institucionais e genocídio interseccional, portanto, podemos observar essa política em curso endereçada para a mulher periférica - interseccional – no sucateamento da Assistência.

Com as atenções voltadas para as partes técnicas, a reprodução do padrão invisibilizatório da vivência e das necessidades, bem como as potencialidades dessas mulheres que continuam ocupando aquele espaço, e são capazes de construir outras formas de vínculos que não os assistencialistas, podem permanecer na negligência. Nesse sentido, o mesmo equipamento que outrora foi capaz de transformar as negligências e violências socioestruturais praticadas a essa população, através do sucateamento, começaram a precisar desviar os profissionais de suas funções, causando estafa, levando a algumas “sutis” desatenções com essas mulheres que continuam ocupando esse espaço do PAIF e das oficinas, por exemplo.

Enfim, a inquietação de algumas questões que permanecem com as curiosidades de algumas outras perguntas sobre a política e o momento político catastrófico do governo bolsonarista que impacta diretamente a política do SUAS e da seguridade social (CASTILHO & LEMOS, 2021).

5.4. DO ACOLHIMENTO.

Nesse capítulo proponho relatar e discutir as inquietações pulsantes sobre algumas vivências nos atendimentos acompanhados neste percurso de seis meses no CRAS. As vivências neste relato serão conduzidas a partir de três eixos: **i.** Atendimento técnico de uma demanda para aluguel social devido a violência contra mulher, o desamparo estrutural e familiar de uma mãe com suas três filhas, e os encaminhamentos do equipamento; **ii.** Demanda de atendimento psicológico, inicialmente devido a violência contra mulher; e por último, **iii.** O não alcance do feminismo na periferia. Tecidos os relatos, buscarei aprofundar as análises dos processos, acompanhando as minuciosidades capazes de agenciar naturalizações potencialmente violentas.

I. Atendimento técnico de uma demanda de aluguel social no CRAS.

Em uma das minhas rotineiras visitas ao CRAS, houve um pedido emergencial de acolhimento com a demanda de aluguel social devido a violências do ex-marido da assistida. Mulher negra retinta, vinte e sete anos de idade e mãe de três filhas, havia ido embora do relacionamento abusivo há um mês. O ex-marido, um homem branco de quarenta e seis anos, o qual mantinha o relacionamento há quinze anos. Fanon (2008) analisa a relação “*a mulher de cor e o branco*” em um dos capítulos de “*Pele Negra Máscaras brancas*” com todos os percalços de busca de salvação, embranquecimento e ao mesmo tempo de desvalorização devido ao constructo de superioridade do branco comparado a *selvagem negra* no seu modo de agir.

Destacando, ela conheceu o homem com quem viveu até hoje aos treze anos de idade, enquanto ele já tinha mais de trinta anos. Isso não se apresentou como uma questão na família e na comunidade. A assistida, a qual chamarei de Lara (nome fictício), estava acompanhada da tia, uma mulher bem religiosa e que apresentava um carinho por Lara, órfã e que não poderia ser cuidada pela tia. Atualmente, Lara estava morando com as filhas em um quarto da casa dos irmãos. O que era uma grande questão para ela devido aos irmãos serem usuários de drogas e as filhas sentirem diariamente o cheiro da substância consumida por eles (ela não mencionou o nome da substância, parecia ser um grande tabu entre elas).

Lara buscava ali outra possibilidade de moradia com as filhas que não fosse voltar para a casa do ex-marido. Ao narrar sua história, conta sobre os frequentes abusos e violências que sofreu, verbais, psicológicos, físicas e sexuais. Endossados até pela família ao ser reforçado por algumas tias que “*homem era assim mesmo e que a mulher precisa atender a vontade do homem se não ele vai procurar na rua*”. A tia contava que tinha alguma interação com o ex-marido de Lara e afirmou que “*ninguém diz que ele é tão ruim, pois parece ser uma pessoa muito boa e tranquila, as vezes se faz de vítima para que Lara volte a morar com ele*”, mas que acreditava na sobrinha. Lara contou que tinha pavor de encontrar o ex-marido na rua e até cogitar essa possibilidade, apresentava episódios de tremedeira e pânico.

Essa história em si já é extremamente perturbadora. Na minha frente uma mulher criada da baixada, da mesma idade que eu e entre nós um abismo de possibilidades e ao mesmo tempo uma ponte feita de carne, osso e identificações. Gostaria muito de parar essa história por aqui, mas a maior parte dela precisa ser contada. Na sala da técnica éramos cinco pessoas, a técnica, Lara, a tia, eu e o estagiário de psicologia, homem de meia idade (por volta de quarenta e cinco anos de idade). A presença de um homem naquela sala já me era algo infortúnio para o acolhimento de Lara. Além disso, este homem interrompeu o atendimento para fazer perguntas sobre o ex-marido, como, onde ele morava, com o que ele trabalhava e além disso, fez a

pergunta estarrecedora “*Você provocava ou fazia alguma coisa para provocar alguma reação dele?*”.

Parte de mim estremeceu naquele instante, e eu me vi totalmente descrente e nocauteada pela presença e violência (*apenas* mais uma dentre tantas) que agora representava a violência na instituição de **acolhimento**. Mais uma vez a presença da violência estrutural a qual Sueli Carneiro (2019) destaca, passando despercebido por todos em uma sala de acolhimento institucional de assistência.

Eu não me contive e interferi para apontar que aquela pergunta dele não fazia o menor sentido. A técnica, responsável pelo estagiário, não se sentiu incomodada a ponto de solicitar que ele aguardasse fora da sala. Depois, durante o atendimento, o estagiário perguntou a técnica se podíamos enquanto CRAS dar alguma assistência para o ex-marido que parecia não estar bem e precisando de ajuda psicológica. A técnica informou que ele não poderia receber ajuda se ele não buscasse ajuda e informou para o estagiário o quanto era comum homens que se achavam proprietários das mulheres na região. Quanto mais eu ficava na presença daquele homem, mais eu gostaria de pedir para que ele saísse imediatamente daquela sala. A violência estrutural se presentificou no atendimento, validada pelo homem branco de meia idade. A condição de pobreza, penúria e completa destituição a que foi atirada a comunidade afro-brasileira trazendo a consequência para “as mulheres negras e mulatas serem as vítimas acessíveis, vulneráveis à agressões e controle da camada branca dominante” (NASCIMENTO, 2021, p. 265). Silenciei, sabia que o lugar de retirar alguém da sala - em tese - não era meu, por se tratar de uma hierarquia institucional e não de um não-lugar.

Fui convidada pela técnica psicóloga a conversar com Lara e intervir como eu quisesse no atendimento. Eu não queria saber sobre muitos detalhes, apenas como ela se sentia ali e na vida dela e o que ela desejava naquele momento. Ela, que olhava todo o tempo para baixo, levantou seu olhar até mim, sentada na mesa ao lado. Sugeri algumas estratégias para a técnica sobre visitar o sujeito como forma de assegurar a proteção de que Lara não estava sozinha e estava recebendo assistência e acompanhamento pelo Estado através de uma rede extensa consciente do caso de violência, já com medida protetiva de distanciamento entre o ex-marido e a usuária. Consultando sempre se Lara estava de acordo com a estratégia, fomos desenhando algumas possibilidades. Por fim, a técnica abriu o pedido de aluguel social, conversou sobre as possibilidades atuais de conviver com os irmãos, segurou a mão de Lara e disse “*vai ficar tudo*

bem”. Não sei se a minha prática é caótica e crítica ao extremo, mas eu não sentia a menor capacidade de afirmar aquilo para uma mulher em situação de tantas negligências e violências. A verdade era que ninguém podia garantir que ficasse tudo bem. Mas talvez garantir a possibilidade de respeito, acolhimento e acompanhamento pelo dispositivo de acolhimento. O que ficou em falta.

II. Demanda de atendimento psicológico diante de violência contra mulher.

Em outro dia, a técnica me contou que havia recebido uma mulher com dificuldade de desenvolvimento, segundo a sua própria percepção ao conversar com a usuária, devido a abusos e violências sofridas desde a infância. A família - que era a tia consanguínea, devido a mãe não ter tido condições de cuidar – buscava assistência psicológica para Bruna (nome fictício). Conversei com Bruna, mulher negra, vinte e quatro anos de idade, tinha uma filha de dois anos. Separada, há mais ou menos um ano, do marido que a submetia a violências físicas e verbais, pai de sua filha. O encontro foi no corredor da área externa do CRAS, por ser um ambiente um pouco mais isolado e com alguma privacidade. Ela quis contar sobre a história dela, a qual não mencionou muito sobre a violência sofrida, que de acordo com ela já havia ficado para trás, já estava em outro relacionamento. Ao mencionar alguns desejos pessoais, Bruna diz “*Quando eu era jovem*” e continua falando o quanto sempre teve muitas vontades na vida de morar sozinha, trabalhar, ter sua autonomia e as vezes até com alguma “*teimosia*”. A questão instantânea que me veio foi, o que pudera ter tirado de Bruna a perspectiva de que ela ainda era jovem? Lugares onde o conceito desenvolvimentista não passa nem na porta. Para a negra que nem gente é (KILOMBA, 2019), o trabalho, as adversidades da vida, o lugar de objeto e negação de lugares de satisfação, me pareceu exigir de Bruna a maturidade desde muito cedo (GONZALEZ, 2019) e falta de confiança em si e nas suas capacidades de expressar-se e se colocar no mundo.

Bruna a cada três frases ficava em silêncio e repetia “*eu sou tímida, eu não sei falar direito*”, eu conseguia entender tudo o que ela dizia e contava, o que eu reforçava a cada negativa de sua capacidade de comunicação, mas havia a constante certeza de que ela sozinha, sem a mãe adotiva, não conseguia conversar ou falar o que ela precisava do serviço. Contou que tocava teclado na igreja, gostava muito de frequentar os ensaios do ministério de música pois se sentia bem e boa no que fazia – a arte como sempre se apresentando como *linha de fuga*³ - e contou estar feliz com o novo parceiro e queria fazer dar certo, “*não deixá-lo triste*”.

³ uma espécie de quebra, uma fuga do comum, fazendo com que ocorra o processo de subjetivação ser atravessado por novas experiências. Causa rachaduras na normalização subjetiva (DELEUZE & ROLNIK, 2011).

Para Bruna fazer dar certo era um sinônimo de ascensão, tanto para ela quanto para a família, o poder familiar silenciando mulheres e suas possibilidades de existência para além de esposas, fortalecendo um dos pilares do patriarcado: a posição de dominação simbólica masculina colonial (BANDEIRA, 2014/2019). Não contou mais sobre muitas coisas, mas falamos sobre a possibilidade de ela começar a frequentar mensalmente as reuniões do PAIF e alguma oficina que a faria construir vínculos interessantes que a ajudariam ao desenvolvimento comunitário.

III. O não alcance do feminismo na periferia.

A cada dia de reunião do PAIF havia demandas nas conversas com as técnicas, principalmente as que abordavam temas como empoderamento ou violências e direitos da mulher. As técnicas informaram que existiam muitos casos de relacionamentos abusivos ou mulheres em situação de vulnerabilidade, mas que muitas continuam com os parceiros, falam sobre a questão e nunca mais aparecem e ainda outros casos surgidos de livre demanda que o CRAS acaba não conseguindo acompanhar constantemente. Aqui observa-se um analisador de sintoma territorial. A denúncia existente de um *sintoma* territorial que não recebe atenção que deveria capaz de promover política pública e de saúde coletiva com o intuito de construir micropolíticas eficientes que pudessem ir de encontro a esse sintoma constante de relações abusivas incessantes na região e silenciadas assegurando ainda mais os direitos sociais desse território, essa rede e essas mulheres.

Nesse processo então, escancaram-se algumas questões. A primeira a que Sueli Carneiro (2003/2019) e Lélia Gonzalez (1993/2019) já nos alertaram: Até onde o feminismo alcança? Enquanto constroem-se pautas de liberdade, direito ao espaço público “ganhar as ruas” como aponta Carneiro (2001/2019), as mulheres periféricas querem ter direito à moradia com seus filhos, o direito a sua autonomia de apropriação do seu próprio corpo, história e desejos. Algumas violências e negligências sociais não são representadas pelas generalizações das lutas de direitos das mulheres brancas bem como critica Gonzalez. As mulheres periféricas interseccionais são submetidas a opressões graves com relação a abusos sexuais, abuso de poder dentro de suas famílias conservadoras e tradicionais, muitas vezes influenciadas pelas religiões cristãs que chamaram sua ancestralidade de espírito inferior devido ao pertencimento da raça (CARNEIRO, 2019). Muitas são chefes de famílias, com a responsabilidade de sustentar uma casa financeiramente e cuidar de filhos e família, desamparadas por políticas que garantam o acesso a creche, educação pública de qualidade e alimentação nas escolas para seus filhos entre muitas outras coisas.

Como fazer o feminismo alcançar essas mulheres? Quais muros invisíveis e impenetráveis até então existentes na periferia são capazes de agenciar com sucesso a subjetividade dessas mulheres periféricas que se formam confiantes nas estruturas das violências de gênero, raça e classe, portanto, interseccionais? Seriam elas invisíveis (também) ao progressismo feminista? Que em algum momento essas respostas possam vislumbrar contorno e acolhimento.

5.5. DOS ENCONTROS COM MULHERES E SUAS DEMANDAS.

Enfim, os encontros das reuniões do PAIF sobre temas variados, os relatos de vida compartilhados em roda, as participações e os atravessamentos das falas das usuárias do PAIF. Aqui, portanto, abordarei maiores detalhes e relatos das vivências nas rodas com as mulheres usuárias e suas potencialidades. Com a experiência, busco evidenciar a potencialidade das reuniões e as possíveis realidades que o território denuncia.

Dentre as idas ao CRAS, três delas foram em reuniões marcadas com as pessoas atendidas pelo PAIF. A primeira foi com o tema LGBTQI+ devido ao mês de junho ser o mês do orgulho LGBT. Esta foi ministrada por uma das trabalhadoras do CRAS, uma agente social, a qual se autodeclarou bissexual e construiu uma roda de conversa com os demais. Composta por dezessete adultos, três deles eram homens, dois eram negros e as quatorze mulheres eram pretas. Alguns pareciam muito desconfortáveis com o tema, outras afirmaram o “gosto de ter amigos gays” e uma senhora relatou sua história, de um filho homossexual que havia sido morto pelo tráfico, rejeitado pelo pai devido a orientação sexual. Marcas sangrentas do patriarcado colonial que dentro de uma análise complexa das relações estruturais da desigualdade entrelaçadas de sexualidade, classe e raça produzem genocídio periférico até hoje (CURIEL, 2014/2019). Nessa reunião, acontecia também uma confraternização de festa junina, com mesas de doces, cachorro-quente e refrigerante.

A segunda reunião PAIF tinha como tema o racismo, em julho, devido ao dia da mulher negra latino-americana e caribenha, ministrada pela diretora da SEMAS, Juliana Rodrigues. O que me atravessa de uma forma especial, pois aquelas mulheres teriam o contato com uma mulher preta e diretora do serviço onde elas frequentam. Novos agenciamentos de enunciação e lugares possíveis. Após a reunião aconteceria o bazar solidário, momento que eles criaram para doarem as roupas que eles recebiam. Estavam presentes por volta de trinta e sete pessoas, em média 90% dos presentes eram mulheres negras.

No encontro em formato de palestra, poucas pessoas falaram, mas todos estavam atentos à palestrante. Ao fim, o foco maior foi no bazar, as pessoas presentes fizeram filas para entrar

na sala abarrotada de doações de roupas para que, em sacos pretos de lixo, levassem algumas peças para casa. Ficamos até o fim do dia arrumando o pós encontro e as roupas que sobraram, eu, a técnica psicóloga e a auxiliar de serviços gerais. Antes do final do dia chegou Eduardo (nome fictício), catador de lixo conhecido entre as técnicas, para mostrar a matrícula que havia acabado de realizar na escola, pois agora estava decidido a voltar a estudar. Eduardo aparentava ter em torno de trinta e cinco anos de idade, um homem preto de pele clara. Ao falar com ele, ele fez questão de que eu segurasse o papel de sua matrícula em mãos e visse o nome dele no papel com o número. Seus olhos estavam brilhantes com tantas felicitações e parabenizações dos trabalhadores do CRAS que ele conversava e contava a boa notícia.

Uma avalanche de acontecimentos a todo instante no serviço de portas abertas convida ao olhar para além do público feminino, provocando a percepção do acesso negado a uma população negra e pobre que desde muito cedo, precisa trabalhar para sobreviver. No mundo onde o trabalho negro é subalternizado, desvalorizado e onde os espaços são limitados (AKOTIRENE, 2019) estudar torna-se distante mesmo que o caminho de melhores condições. Eduardo parecia estar com um troféu na mão e queria seu reconhecimento de vitória. Questão análoga a vivenciada por mulheres interseccionais segundo Gonzalez (2019).

A terceira reunião PAIF foi com o tema de violência contra mulher, um programa que a SEMAS estava promovendo em todos os CRAS da região ministrado pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM). Havia por volta de quarenta mulheres, como sempre, em sua grande maioria negras. Participativas perguntavam sobre como funcionavam os atendimentos e acolhimentos, algumas procuraram as técnicas pós reunião. Infelizmente, esta reunião eu não pude participar integralmente devido a conversa com outra usuária, a Bruna, já referida anteriormente, que procurou o CRAS com ajuda da tia. Em uma conversa com a técnica ela informou que as usuárias as procuraram em busca de algumas informações mais específicas sobre o acolhimento naquele equipamento de casos de violência.

Nas três reuniões presentes, na observação e interação com as mulheres, o que muito me intrigava era a potência daqueles encontros em comunidade e entre as mulheres, dentro do equipamento CRAS. Percebendo até certa angústia de querer ver essa potência elevada ao cubo, com atividades frequentes, com atividades de prevenção e conscientização de direitos, promoção a cultura e educação popular. As atividades poderiam ser capazes também de potencializar as linhas de fugas produzidas pelos encontros em comunidade, com a rede de assistência, com os diálogos promovidos de garantia de direitos antagonizando tantas estruturas e discursos de violências e negligências do território periférico.

Muitas ideias me tomavam, mas a sensação era de que as reuniões sempre exigiam muito das técnicas no dia, o lanche, que elas julgavam ser o que faziam as usuárias frequentarem as reuniões, era um dos trabalhos centrais. Durante a reunião, a maioria das técnicas não permaneciam nas rodas por estarem nos bastidores providenciando o lanche ou dando conta de alguma burocracia urgente. As reuniões de fato não pareciam ser vistas com tamanho brilho e importância, como eu via ao acompanhar e encontrar aquelas pessoas e seus processos de subjetivação. Levo isso com um certo pesar, daquilo que poderia ser, caso tivesse para elas essa importância, mas entendendo que há muita potência do encontro e uma sobrecarga de trabalho grande na equipe técnica. Como pesquisadora, no olhar estrangeiro que deriva nos espaços com a curiosidade de movimentos de força autênticos, ocupei um lugar de estranheza trazendo à tona as potencialidades e também as normalizações (PASSOS & EIRADO, 2020). Talvez por eu não estar engolida pelo dia a dia burocrático institucional e menos engessada pela normalidade desse dia a dia, ou ainda menos institucionalizada. Permaneço ainda nessa inquietude vazia de hipóteses, sem respostas fechadas, mas mantendo a pergunta que provoca rachaduras e movimenta territórios existenciais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs analisar os processos de subjetivação das mulheres periféricas da baixada fluminense, atravessadas pelas violências interseccionais, e os impactos no bem-estar, direitos civis e sociais, saúde coletiva, saúde mental desta população, alvo da estrutura colonial.

Verificamos que por meio das relações familiares, comunitárias e institucionais, muitas vezes sutilmente e de forma naturalizada, as violências estruturais agenciam as relações das mulheres interseccionais na baixada fluminense. Identificamos que os constructos das desigualdades sociais interseccionais afetam e produzem modos de subjetivação dessas mulheres que normalizam as desigualdades de gênero, raça e classe demarcadas e presentes no cotidiano, de modo a não estranhar movimentos violentos, desrespeitosos e contra seus próprios direitos sociais. Esta naturalização é revelada por índices que apontam que 31% dos casos de violência do Rio em 2017 tenham acontecido na baixada e 60% dessas mulheres são mulheres negras e periféricas.

Vivenciando o território, as rodas de conversa, as entrevistas e os atendimentos, os modos autênticos de enfrentamento à estrutura colonial, logo, violenta, se apresentaram como possíveis lugares de acolhimento. O acolhimento também esteve presente nas rodas de

discussões do CRAS, nas aulas coletivas e nos encontros que divergiam da lógica estrutural dominante, o que faz desses encontros modos autênticos de enfrentamento às violências de gênero presentes no território da baixada fluminense. Nos encontros, ideias subversivas, subvertendo sentidos, eram produzidas pelas próprias usuárias, e após os atendimentos técnicos, mostravam-se capazes de produzir movimentos sociais e micropolíticos nas raízes estruturais.

A realidade violenta vivida pelas mulheres invisibilizadas e silenciadas, identificadas quantitativamente através dos dados oficiais, não apenas pôde ser constatada durante a pesquisa, como também foi possível, através dela, refletir sobre a subnotificação diante da naturalização das violências. As mulheres periféricas, sem se darem conta da violência vivida, são agenciadas constantemente pelas estruturas coloniais violentas do patriarcado, misoginia, racismo e classismo, estruturas que cruzadas produzem formas diferentes e mais profundas de negligência e violação de direitos básicos, os quais não são abarcados pelas lutas minoritárias clássicas, pela comunidade acadêmica ou até por políticas públicas. A periferia não é lugar onde essas instituições alcançam, e por vezes, tornam-se sutilmente mais uma instituição de negligência através da lógica normativa automatizada.

Compreendemos que a metodologia utilizada na estrutura do trabalho, foi escolhida e trabalhada minuciosamente segundo o compromisso político proposto enquanto tema e de acordo com o possível para melhor abarcar as experiências vivenciadas em campo. O diário de bordo favoreceu o uso da escrevivência como método, possibilitando o registro afetivo emergente das diversas forças existenciais na experiência em campo. Esse método de escrita favoreceu a descrição e discussão dos resultados na ordem do diálogo entre acontecimento, referenciais bibliográficos decoloniais e produções subjetivas que atravessavam as pessoas parte do território e a pesquisadora.

Com a escrevivência tornou-se possível a implicação política decolonial na própria escrita, abrindo passagem, tal qual a representação exu diáspora afro-brasileira. Passagem para que o agente, o sujeito da ação, assuma seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (CONCEIÇÃO, 2020). A metodologia e o diário de bordo como registro, portanto, complementaram-se entre si, permitindo que eu enquanto pesquisadora e *cria* pudesse acompanhar esses processos no território com as minhas implicações, como também expressá-las, não silenciando sobre a minha vivência dentro dele de mulher periférica. Mulher, preta e da classe trabalhadora. Nós por nós.

Como trabalho acadêmico, o tema e as possibilidades de caminhos a serem percorridos dentro dele não foram esgotados. Importante destacar que este é um trabalho atravessado pela pandemia COVID-19 o que influenciou o início da pesquisa de campo, impactando no engajamento das usuárias do CRAS e os serviços deste. Em pesquisas futuras desejamos investir um tempo maior na pesquisa de campo, como também ampliar as amostras institucionais.

Por último, destaco o quão complexo e profundo foi estar no território. Perceber as encruzilhadas da lógica de cuidado e ao mesmo tempo de potencialidades limitadas por diversos processos institucionais pareceu apontar a força dos equipamentos para alcançar a população e afetar e ser afetado por ela (ou seja, produzir micropolíticas essenciais) e denunciar o genocídio ainda em curso das violências interseccionais.

As poucas produções de pesquisas acadêmicas no território implicadas em produzir micropolíticas parecem revelar a periferia demarcada como um território interseccional, invisível inclusive para análises psicossociais e promoção de saúde. Produções que em sua maioria são voltadas ao tema de violência. Um modo de escancarar ainda mais as entranhas dessa questão, é analisar quantos da população periférica (grande parte da população) que conseguem furar a lógica comum das violências interseccionais e se colocar como agente de pesquisas ocupando espaços de protagonismo na produção de conhecimento e não apenas o papel de objeto a ser explorado por quem nem os conhece. Então, quando quase por um descuido e subversão a norma esse furo acontece e escancara também fundos falsos de uma produção brasileira sem o seu próprio Brasil de fato. Viva a sorte da existência dos autores decoloniais brasileiros e outros companheiros internacionais para nos mostrar a enorme ferida aberta necrosada tapada por um curativo insuficiente.

Deixe que falemos e apresentemos o nosso Brasil decolonial.

Referências bibliográficas:

_____. LEI Nº 12.435, de 6 julho de 2011 cria o Art 24-A que institui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

_____. *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais.*; N. 1; Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016.

_____. *Dossiê mulher: 2021* / 16. ed. -- Rio de Janeiro, RJ : Instituto de Segurança Pública, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de; *Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida*. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

AQUINO, Quelen; **KONTZE**, Karine Brondani. *O feminicídio como tentativa de coibir a violência de gênero*. Anais da semana acadêmica: Fadisma Entrementes, ed. 12., 2015

AKOTIRENE, Carla; *Interseccionalidade*; São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria; Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto; *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação (293-314)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2019.

BARROS, Regina; **PASSOS**, Eduardo; *Diário de Bordo de uma viagem-intervenção*. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades/ orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2020.

BIRMAN, Joel; *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as formas de subjetivação em psicanálise*, 2.ed., Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2016.

BUTLER, Judith; *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*; 16.ed., Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

CARNEIRO, Sueli; Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto; *Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro (271-291)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli; Pensamento feminista: conceitos fundamentais; *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero (313-339)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2019.

CASTILHO, Daniela; **LEMOS**, Esther. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira; R. Katál., Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021

COLLINS, Patrícia; Pensamento feminista: conceitos fundamentais; *Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição (271-310)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2019.

CORRÊA, Milena; **MOURA**, Ludmila; **ALMEIDA**, Luciane; **ZIRBELC**, Ilze; *As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico*; Saúde Soc. São Paulo, v.30, n.2, e210001, 2021.

CURIEL, Ochy; Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais; *construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial (121-138)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2020.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. I. São Paulo, 34. Ed. 2004.

ESCREVIVÊNCIA: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo/ organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes; 1. ed.; Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz; *Pele negra máscaras brancas*; tradução de Renato da Silveira; Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FILHO, R., **ARAÚJO**, R.; *Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências*; Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

FOUCAULT, Michel; *História da sexualidade III: O cuidado de Si*, ed. 7.; Rio de Janeiro/São Paulo, Paz & Terra, 2018.

GONZALEZ, Lélia; Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto; *Racismo e sexismo na cultura brasileira (237-257)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia; Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais; *Por um feminismo afro-latino-americano (39-51)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Pensamento feminista: conceitos fundamentais; *A categoria político-cultural da Amefricanidade (341-352)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2019.

GUATARRI, Felix; **ROLNIK**, Suely; *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 4. Ed.; Vozes, Petrópolis, 1996.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*; 2014.

KILOMBA, Grada; *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano /Grada Kilomba*; tradução Jess Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KOPPER, Moisés; **RICHMOND**, Matthew; *Apresentação: Situando o sujeito das periferias urbanas*; Novos estud.; Cebrap; São Paulo; v39n01; 9-17; jan.–abr.; 2020.

LUGONES, María; Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais; *Colonialidade e gênero (53-83)*; org. Heloisa Buarque de Holanda; Rio de Janeiro: Bazar tempo, 2020.

MANSANO, Sonia; *Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110-117, 2009.

MONTEIRO, Linderval; *A Baixada Fluminense em perspectiva*; Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.487-534, jan./dez. 2005.

MOURA, Adriana; **LIMA**, Maria. *A Reinvenção da roda: Roda de conversa: Um instrumento metodológico possível*. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

NASCIMENTO, Abdias; *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*; 3. ed. rev.; São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PASSOS; E., KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). (2014). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina; 2014.

PAULON, S. M. *A análise da implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção*. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), p.18-25, set-dez: 2005.

REVEL, Judith; *Michel Foucault: conceitos essenciais*; São Carlos: Clara Luz, 2005.

SAFFIOTI, H; *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade*. Pensamento Feminista Brasileiro; org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SPINK, Peter Kevin; RAMOS, Ana Marcia; *Rede Socioassistencial do SUAS: configurações e desafios*; *O Social em Questão*, Ano XIX; nº 36, p. 285-310, 2016.

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea 2019.